


O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO XXIX - 10 DE AGOSTO DE 2018

BOMBA-RELÓGIO



Três trabalhadores da Petrobrás ficaram feridos em um acidente na tarde de segunda-feira (6) na Regap, em Betim (MG). Um deles foi encaminhado em estado grave para o Hospital Mater Dei, em Belo Horizonte. Política de cortes de investimentos e privatização de ativos potencializaram os riscos de acidentes, principalmente em função da redução de efetivos, da falta de manutenção das unidades e da consequente precarização das condições de trabalho.

Leia a matéria completa na página 3

Veja nesta edição:

4 e 5 Especial VII PlenaFUP: Categoria petroleira debate previdência, privatização e condições de trabalho

6 Minas rejeita o PCR

8 Sindipetro/MG completa 55 anos de luta



EDITORIAL

Nossas vidas importam, acima de qualquer lucro

Justamente após poucos dias do anúncio do último balanço da Petrobrás, alardeado pela diretoria da empresa e pela imprensa como sinal de recuperação financeira da estatal, a categoria petroleira recebe a notícia de mais uma morte em nossas unidades operacionais. O trabalhador terceirizado Athayde dos Santos Filho, de 57 anos, morreu durante atividade de mergulho na Bacia de Campos (RJ).

Como se não bastasse, no último dia 6, um gravíssimo acidente na Regap tornou ainda maior nossa preocupação e revolta em relação à situação de insegurança de nossos ambientes de trabalho. A ocorrência envolvendo vazamento de ácido sulfúrico no Setor de Utilidades feriu dois empregados terceirizados e um técnico de operação próprio, este último hospitalizado em situação grave.

A categoria petroleira, diariamente exposta ao risco de setores precarizados e sucateados, sabe que estamos vivenciando tragédias anunciadas. A redução de efetivo, o rebaixamento de salários nas contratações, o desmonte do SMS e a falta de manutenção nas unidades são fatores que, quando associados, expõem os trabalhadores a uma verdadeira bomba relógio!

Enquanto as gerências buscam o cumprimento de indicadores a qualquer custo e comemoram uma falsa redução na taxa de acidentes, os trabalhadores vivem o mundo real no chão de fábrica - bem diferente do mundo da lua vivida pelos gestores da empresa.

O que se percebe é que o lucro dos acionistas não está sendo maximizado apenas com a entrega do nosso patrimônio e com altos preços de combustíveis para a população, mas também com a integridade física da nossa força de trabalho. Nossas vidas, ao contrário do que possa parecer para a “gerentada”, valem muito mais do que uma planilha do Excel.

INFORMES

Diretor do Sindipetro/MG escreve artigo para o jornal Le Monde Diplomatique

Em artigo publicado na edição brasileira do jornal francês Le Monde Diplomatique, o diretor do **Sindipetro/MG** e da FUP, Alexandre Finamori, explicou porque a Petrobrás passou a importar, demasiadamente, derivados de petróleo, demonstrando que a empresa tem plena capacidade de suprir o abastecimento nacional.

O artigo “Soberania energética e a política de preços da Petrobrás” foi publicado no dia 2 de agosto e pode ser acessado no site do Le Monde (www.diplomatique.org.br) e também no site do Sindipetro/MG, pelo QR Code ao lado:



Sindipetro/MG não funciona dia 15 de agosto

Em função do feriado municipal do dia 15 de agosto em Belo Horizonte, o **Sindipetro/MG** não terá expediente nesta data. Nos demais dias da semana, o Sindicato funcionará normalmente, de 9h às 18h.

No dia 15 de agosto, é celebrado o dia de Assunção de Nossa Senhora. Também é comemorado o dia de Nossa Senhora da Boa Viagem, padroeira da capital mineira.

CALENDÁRIO 2018

AGOSTO

10: Dia do Basta! Atos em todo o País para exigir um basta de desemprego, de aumento do preço do gás de cozinha e dos combustíveis, de retirada de direitos da classe trabalhadora, de privatizações e de perseguição ao ex-presidente Lula;

14: Aniversário de 55 anos do Sindipetro/MG;

15: Ato nacional em Brasília em defesa do direito do registro da candidatura do ex-presidente Lula à Presidência da República;

24: Comemoração dos cinco anos do jornal Brasil de Fato MG, no Armazém do Campo (Avenida Augusto de Lima, 2136, Barro Preto - Belo Horizonte);

SETEMBRO

07: Grito dos Excluídos;

22 e 23: Congresso do Povo Mineiro;



JUSTIÇA AMPLIA EFEITOS DA LIMINAR CONTRA A PETROS EM MINAS

O **Sindipetro/MG** obteve, no dia 2 de agosto, uma liminar da Justiça estendendo a suspensão dos descontos referentes ao equacionamento do déficit do Plano Petros 1 (PP-1) a toda a categoria, inclusive os petroleiros não sindicalizados.

A decisão, proferida pelo desembargador relator Roberto Soares de Vasconcelos Lins, da 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), determina que a Petros se abstenha de realizar as cobranças extraordinárias pelo valor máximo de todos os beneficiários do PP-1 representados pelo **Sindipetro/MG**. Isso inclui também os trabalhadores

do Sistema Petrobrás que, por algum motivo, não são filiados ao Sindicato.

Também foi determinada a devolução das contribuições extraordinárias cobradas a partir de maio de 2018 - data a partir da qual os descontos relativos ao déficit do PP-1 em Minas foram suspensos graças a outra liminar obtida pelo **Sindipetro/MG**.

Apesar da vitória, a decisão é liminar e ainda não foi publicada - o que deve ocorrer nos próximos dias. Além disso, o coordenador-geral do **Sindipetro/MG**, Anselmo Braga, reforça a importância de a categoria se manter mobilizada na luta contra o equacionamento da Petros.

“Também é extremamente impor-

Sindicalize-se!

Acesse o site do **Sindipetro/MG** e preencha o formulário de sindicalização.

Depois, basta assinar a ficha e entregá-la na sede do Sindicato, na Avenida Barbacena, 242, Barro Preto, Belo Horizonte.

www.sindipetro.org/sindicalize-se

tante que aqueles que ainda não são sindicalizados procurem o Sindicato e se filiem, pois só assim é possível salvar a Petrobrás e a Petros. Essa luta não termina agora e precisamos de todos nessa empreitada”.

Sindipetro/MG completa 55 anos de luta



Luta dos petroleiros e petroleiras ao longo da história por direitos e em defesa da Petrobrás. Fotos: arquivo Sindipetro/MG

O **Sindipetro/MG** comemora 55 anos de luta em defesa dos direitos da categoria petroleira e do Sistema Petrobrás no dia 14 de agosto. Em maio de 1963, uma assembleia decidiu, por unanimidade, pela transformação da Associação dos Trabalhadores nas Obras de Construção da Refinaria Gabriel Passos (Regap) em Sindicato. Na época, a luta sindical se concentrava na extensão do monopólio ao ramo petroquímico e de distribuição de derivados.

O Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais surgiu em um contexto histórico e político bastante conturbado, logo antes do golpe militar de 1964 - época em que o então presidente João Goulart tentava implementar, com o apoio da classe trabalhadora, as reformas de base. Jango inclusive atuou na nacionalização de refinarias de petróleo e na tentativa de uma reforma agrária.

Já nas décadas de 1970 e 1980, o Sindicato participou da construção do novo sindicalismo brasileiro, que culminou na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, da Central Única dos Trabalhadores, em 1983, e no enfraquecimento do regime militar.

Além da Regap, o Sindicato também passou a representar os trabalhadores da Termelétrica Aureliano Chaves, em Ibitiré, em 2002; da Usina de Biodiesel Darcy Ribeiro, em Montes Claros, em 2009; e da Termelétrica de Juiz de Fora, em 2011. Filiado à Federação Única dos Petroleiros (FUP), atualmente o **Sindipetro/MG** tem como principal pauta de luta a defesa da Petrobrás, do pré-sal, da soberania nacional e dos direitos dos trabalhadores.

Minas rejeita o PCR

Uma pesquisa realizada pelo **Sindipetro/MG** demonstrou que os petroleiros de Minas Gerais estão rejeitando o Plano de Cargos e Remuneração (PCR), proposto unilateralmente pela Petrobrás. Até a última semana, 27,2% da categoria mineira havia assinado o PCR.

A maior parte da adesão veio de trabalhadores de nível superior, que em sua maioria são gerentes e supervisores. Nesse grupo, a adesão ao PCR é de 53,8%. Já entre os trabalhadores de nível de médio, que compõem a maior parte da força de luta contra o desmonte da Petrobrás e dos direitos trabalhistas, a adesão foi de apenas 18%.

Os números estão muito aquém do esperado pela empresa, o que tem provocado casos de assédio moral contra os petroleiros. Por isso, o **Sindipetro/MG** orienta aos trabalhadores que denunciem aos diretores sindicais qualquer forma de pressão de gestores pela adesão ao PCR.

A recomendação do Sindicato é que os trabalhadores não assinem o novo plano. O Sindicato entende que aderir ao PCR é abrir mão de defender coletivamente os direitos da categoria petroleira - até porque ele se utiliza de uma nova ferramenta criada pela Reforma Trabalhista do governo golpista de Michel Temer, que é a negociação individual em detrimento dos Acordos Coletivos de Trabalho.

A FUP e seus sindicatos já ingressaram com ações judiciais questionando a legalidade do Plano. A ação do **Sindipetro/MG** (0010719-24.2018.5.03.0027), aberta no dia 16 de julho no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), pede a nulidade da alteração promovida nos contratos individuais de trabalho, a declaração de ilicitude da modalidade de “cargo amplo” e que os contratos de trabalho que foram alterados sejam restituídos ao status anterior.

BRIGADA PETROLEIRA OCUPA BRASÍLIA EM LUTA CONTRA ENTREGA DO PRÉ-SAL

Mais uma vez, uma brigada formada por petroleiros (as) de todo o País ocupou os salões do Senado Federal ao longo da semana na luta em defesa do pré-sal.

Eles denunciavam o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 78/2018, que autoriza a Petrobrás a abrir mão de 70% dos cinco bilhões de barris de petróleo da cessão onerosa do pré-sal, e conseguiram que a votação fosse adiada para depois das eleições.

O PLC foi aprovado às pressas na Câmara dos Deputados sob o nome de Projeto de Lei 8939/17, em junho deste ano. Se passar também no Senado, a medida poderá custar à Petrobrás R\$ 500 bilhões, valores que seriam garantidos com a produção do pré-sal nas reservas pelas quais a empresa já pagou à União.

ELETOBRAS

A categoria petroleira este ao lado dos eletricitários, que também ocuparam Brasília essa semana para impedir a venda de seis distribuidoras de energia da Eletrobras nas regiões Norte e Nordeste.

Dedo do STF na RMNR: liminar do ministro Dias Toffoli suspende todos os processos judiciais

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, suspendeu no dia 27 de julho a aplicação da decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) referente ao complemento da Remuneração Mínima de Nível e Regime (RMNR). Com isso, todos os processos — inclusive os que estavam em execução — estão suspensos e aguardarão análise do Recurso Extraordinário da Petrobrás.

A decisão do TST, de 21 de junho, (IRR - 21900-13.2011.5.21.0012), uniformizou o entendimento acerca do cumprimento da Cláusula de Acordo Coletivo de Trabalho da categoria petroleira referente à RMNR. No entanto, o ministro Toffoli suspendeu a decisão - ainda que ela seja da esfera



Petroleiros (as) ocupam Senado Federal em luta pela defesa do pré-sal

Antes de sair para o recesso parlamentar, o presidente do Senado, Eunício de Oliveira (MDB/CE), resolveu descumprir o acordo feito com a classe trabalhadora e atendeu ao pedido da base aliada do governo ilegítimo para agilizar a entrega do patrimônio da estatal.

No entanto, também a decisão sobre a venda das distribuidoras da Eletrobras ficou para depois das eleições de outubro.

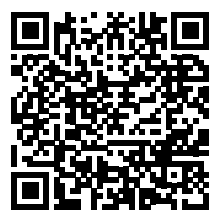
trabalhista - justificando a liminar a partir do entendimento de que trata-se de matéria constitucional.

Segundo Sidnei Machado, advogado que atua nos processos do **Sindicato Petro/MG**, a decisão é “uma medida de exceção, uma sucessão de erros, uma balbúrdia jurídica provocada pelo Supremo em matéria que não lhe competia interferir”. Ele explica ainda que a matéria da RMNR é questão de interpretação e aplicação do ACT. “Quem afirmou isso foi o próprio STF. Em vários julgados anteriores a Corte vinha se recusando a apreciar recursos da Petrobrás com o fundamento oposto ao usado por Toffoli para conceder a liminar”.

Em decisão de março de 2015, o

CONSULTA PÚBLICA

O Senado Federal abriu uma consulta pública sobre o Projeto de Lei 78/2018, que trata da cessão onerosa da Petrobrás e propõe a entrega de bilhões de reais do pré-sal para petrolíferas estrangeiras. Vote na consulta e mostre que é contra essa proposta. Acesse pelo QR Code ao lado:



Lucro da Petrobrás é fruto dos investimentos passados

A Petrobrás anunciou no dia 3 de agosto os resultados do segundo trimestre de 2018, em que registrou lucro líquido de R\$ 10 bilhões. O valor foi bem acima das estimativas feitas pelos analistas financeiros.

Assim como no trimestre anterior, o fator determinante para o resultado positivo da empresa continuou sendo o preço médio do barril de petróleo - que subiu 50% nos últimos 12 meses, passando de US\$ 49,8, no segundo trimestre de 2017, para US\$ 74,5, no mesmo período deste ano.

Soma-se a isso a variação cambial, que no primeiro semestre do ano foi de 11%, o que impactou positivamente as contas da Petrobrás, já que a política de preços dos derivados continua indexada ao dólar e ao barril de petróleo. Apesar do volume de vendas ter caído 6% no semestre, a empresa lucrou com a internacionalização dos preços de derivados, que fez a gasolina, o diesel e o gás de cozinha dispararem.

Apesar do mercado e do governo reforçarem o discurso de que os resultados da Petrobrás são fruto da recuperação da empresa, a variação do dólar e do preço médio do barril de petróleo no mercado internacional é que foram determinantes para o lucro. Indicadores externos, que não dependem das ações de gestão, mas que influenciam diretamente nos resultados da estatal.

“Os resultados da Petrobrás são a prova de que a empresa não está, nem nunca esteve quebrada. As gestões de Ivan Monteiro e Pedro Parente em nada contribuíram para o lucro da empresa. Pelo contrário, o desmonte que eles já fizeram e continuam fazendo, ao venderem ativos e reduzirem investimentos, compromete cada vez mais o futuro da empresa”, alertou o coordenador da FUP, Simão Zanardi Filho.

A decisão de Toffoli ignora solenemente a jurisprudência consolidada do STF. O resultado é uma indevida interferência do STF na jurisprudência do TST, a pretexto de evitar um dano irreversível a Petrobrás.

ACIDENTE DEIXA TRÊS TRABALHADORES FERIDOS COM ÁCIDO SULFÚRICO NA REGAP

Três trabalhadores da Petrobrás ficaram feridos em um acidente na tarde da última segunda-feira (6) na Regap, em Betim. Um deles foi encaminhado para o Hospital Mater Dei, em Belo Horizonte, onde até quarta-feira (8) - data do fechamento desta edição de O Petroleiro - ele permanecia internado.

O acidente aconteceu quando um operador e dois técnicos de manutenção acompanhavam o teste de uma válvula do sistema de ácido sulfúrico 98% da U-47. Eles operavam um equipamento “librado” quando houve o rompimento de uma conexão de um Indicador Local de Pressão (PI) próximo ao local de serviço, emitindo um jato de ácido que atingiu todos eles.

O operador Antenor Pessoa Cavalcante sofreu queimaduras nas costas, peito e parte do rosto, além do braço e antebraço esquerdos. Ele também sofreu uma lesão reversível no olho direito, mas não teve as vias aéreas comprometidas. Não há previsão de alta, mas até o último boletim médico seu estado de saúde era estável.

Já os outros dois trabalhadores - ambos da empresa SGS - sofreram queimaduras leves. Um deles foi atendido e liberado ainda na refinaria. Outro foi encaminhado para o Hospital Mater Dei e, após atendimento, foi liberado com atestado médico até quarta-feira (8).

Porém, o médico do trabalho da própria SGS o liberou para voltar ao trabalho no mesmo dia para evitar que a empresa seja punida. Isso porque os contratos com a Petrobrás preveem penalidade para as terceirizadas em caso de acidentes com afastamento.

O coordenador do Sindipetro/MG, Anselmo Braga, esteve no hospital esta semana e está prestando toda a solidariedade aos familiares de Antenor. Também colocou à disposição da família o departamento jurídico da entidade. O Sindicato participou da

reunião da Comissão de Acompanhamento de Acidente na terça-feira na Regap e que vai apurar as causas do ocorrido.

Esse foi o nono acidente registrado com empregados da Refinaria em 2018, sendo o segundo com vítima. O primeiro aconteceu em março, quando um operador sofreu uma escoriação no tornozelo ao descer de um dos ônibus da empresa que presta serviço de transporte para a Petrobrás. O acidente foi provocado porque a tampa do assoalho quebrou quando o trabalhador desembarcava do veículo.

OUTRO ACIDENTE

Também na última segunda-feira (6), uma Kombi da empreiteira Manserv pegou fogo dentro da Regap. O incêndio ocorreu no motor do veículo e foi rapidamente controlado com uso de canhão de água e extintores. Ninguém ficou ferido.

DESMONTE

A política de cortes de investimentos e privatização de ativos potencializaram os riscos de acidentes no Sistema Petrobrás, principalmente em função da redução de efetivos, da falta de manutenção e da precarização das condições de trabalho.

No ano passado, foram registrados seis acidentes nas unidades da Petrobrás em Minas. Em um deles, registrado na Termelétrica Aureliano Chaves, um técnico de manutenção sofreu uma lesão no rosto durante atividade em esmeril da oficina da unidade.

Os demais acidentes ocorreram na Regap e envolveram vazamentos de amônia, petróleo em alta temperatura e diesel, em alguns casos até provocando incêndios, mas sem vítimas.

Em pesquisa feita pela FUP com trabalhadores de refinarias, 94% dos 1.180 entrevistados informaram que não se sentem seguros nas unidades. Apenas 170 trabalhadores disseram ter tido algum tipo de treinamento



Regap, Betim (MG). Foto: Agência Petrobrás

sobre os procedimentos de Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis, como prevê a NR-20.

DENUNCIE

O Sindipetro/MG tem recebido denúncias de situações de insegurança

em diversos setores da Petrobrás. Por isso, o Sindicato reforça a orientação de que o trabalhador que presenciar situações como essas enviem uma denúncia para o e-mail imprensa@sindipetro.org.br. O anonimato será mantido.

Mergulhador morre em acidente em plataforma

Em nota divulgada à imprensa, a Petrobrás comunicou mais um acidente fatal de trabalho no último dia 3. A vítima foi o mergulhador Athayde dos Santos Filho, 57 anos, da empresa Fugro, que presta serviços para a petrolífera no projeto de expansão da produção da Plataforma de Mexilhão, na Bacia de Santos.

O acidente quando o trabalhador realizava um mergulho, a cerca de 170 metros de profundidade, para manobras de instalação de tubulação no leito marinho.

Segundo informações de petroleiros do Litoral Paulista, a mangueira de oxigênio foi degolada do equipamento de respiração do mergulhador devido a um problema que estava ocorrendo no flutuador da tubulação

da plataforma. Dois trabalhadores que estavam com Athayde ainda tentaram salvá-lo.

A Petrobrás declarou que o mergulhador foi socorrido no local, recebeu a assistência emergencial, mas não resistiu. “A companhia já avisou aos órgãos reguladores e vai instaurar comissão de investigação para apurar as causas do acidente”, informou a empresa em nota.

Este foi o quarto acidente fatal este ano no Sistema Petrobrás. Todos com trabalhadores terceirizados. Nos últimos 23 anos, 379 petroleiros perderam a vida em acidentes de trabalho, sendo que 308 eram trabalhadores terceirizados. Ou seja, a cada dez acidentes, oito são com prestadores de serviço.

Especial VII PLENAFUP

CATEGORIA PETROLEIRA DEBATE PREVIDÊNCIA, PRIVATIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NO VII PLENAFUP

Com participação de cerca de 250 petroleiras e petroleiros, a VII PlenaFUP deliberou sobre questões fundamentais para a categoria. Além de definir um amplo calendário de lutas contra a privatização do Sistema Petrobrás e a entrega do pré-sal, a Plenária apontou uma série de encaminhamentos para preservar direitos dos trabalhadores e impedir o desmonte de conquistas históricas, como a Petros, AMS e o Acordo Coletivo.

No encontro foram debatidos temas como a conjuntura pré-eleitoral e pós-golpe, a geopolítica internacional do petróleo, a soberania energética e a política de preços da Petrobrás. Também foi amplamente discutida a participação e o papel da classe trabalhadora, dos sindicatos e dos movimentos sociais no combate ao golpe pelas urnas.

A categoria também aprovou por unanimidade o apoio à reeleição de Fabiana dos Anjos, atual representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Transpetro. A plenária repudiou o ataque sofrido pela conselheira, que teve o quarto arrombado na sexta-feira (3) e um tablet fornecido pela Transpetro furtado durante o terceiro dia da PlenaFUP.

GRUPOS DE TRABALHO

Além dos painéis de debates, os petroleiros reunidos na VII PlenaFUP se dividiram em grupos de trabalho para discutir de maneira mais aprofundada questões que interferem no cotidiano dos trabalhadores do Sistema Petrobrás.

Os participantes se dividiram em três grandes grupos: Grupo 1- Previdência/Resolução 23; Grupo 2 – Condições de Trabalho (Efetivo/Regime/Carreira); e Grupo 3 – Luta contra a Privatização e Combate ao Golpe.

No Grupo 1, foi apresentado um panorama sobre planos de previdên-

cia de empresas públicas e fundos de pensão no Brasil, para depois ingressar na questão específica da Petros (Leia mais na página 7).

Já o Grupo 2 discutiu o sucateamento das condições de trabalho nas unidades da Petrobrás, especialmente a partir do golpe. Entre alguns exemplos tratados na reunião estão a redução de efetivo mínimo, os PIDV's e o atual Plano de Cargos e Remuneração (PCR), proposto unilateralmente pela Petrobrás e que desrespeita o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Por fim, o Grupo 3 teve início com uma apresentação do economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Cloviomar Cararine, sobre o histórico de privatizações na Petrobrás e a venda de ativos promovida pela estatal a partir da gestão Pedro Parente. Na sequência, os trabalhadores debateram estratégias de luta e um calendário de mobilizações para fazer frente ao desmonte da Petrobrás e a venda de fatias da empresa.

ELEIÇÕES

A VII PlenaFup também deliberou que uma das lutas centrais dos petroleiros deve ser a eleição do ex-presidente Lula e de um Congresso representativo dos trabalhadores.

A plenária aprovou por unanimidade o apoio às candidaturas de petroleiros para ampliar a defesa do Sistema Petrobrás e do pré-sal como alicerces da retomada do projeto popular e democrático de soberania e desenvolvimento nacional.



Petroleiros se organizam em grupos de trabalho para debater privatizações e condições de trabalho



Ato em repúdio a direção da Petros marca primeiro dia da VII PlenaFUP

Petroleiros e petroleiras de todo o Brasil realizaram um ato em defesa da Petros durante a VII PlenaFUP. A mobilização aconteceu no dia 2 de agosto em frente à sede da Petros, no centro do Rio de Janeiro.

Segundo o diretor da FUP e membro do Grupo de Trabalho (GT) da Petros, Paulo Cesar Martin, a categoria precisa se organizar e lutar em defesa de um equacionamento justo para o Plano Petros 1. O plano de equacionamento em vigor desde o início deste ano penaliza a categoria com descontos que, em alguns casos, comprometem até 40% da renda dos beneficiários não repactuados.

“Esse equacionamento vai obrigar, se a gente não encontrar uma solução urgente, a colocar todo mundo num plano de contribuição definida que é o Plano Petros 3. Inclusive, já apresentou a proposta para a imprensa e no GT da Petros, proposta que tem sido muito criticada porque representa uma renúncia muito grande de di-



Petroleiros fazem ato na sede da Petros, no Rio de Janeiro, no dia 2 de agosto

reitos dos participantes”.

Ele explicou ainda que, o plano anunciado pela Petrobrás não foi discutido no Grupo de Trabalho – criado em novembro de 2017 para discutir alternativas ao equacionamento.

“Esse ato também é uma forma de repúdio à atual diretoria da Petros que, apesar de estar no GT, não tem colaborado e ainda tem dificultado o acesso a informações sobre o PP-1. Essa diretoria não buscou alternativas viáveis para o equacionamento e, agora que teria a possibilidade de construir essa alternativa via GT, está boicotando”.

Violência de gênero na política é tema de debate no VII PlenaFUP



Mulheres petroleiras no VII PlenaFUP

A “Violência de Gênero na Política” também foi tema de debate no VII PlenaFUP, que tratou da sub-representação feminina na política em função dos muitos obstáculos que as mulheres enfrentam para chegarem a ocupar espaços de poder.

Segundo a psicóloga, jornalista e assistente social Ana Rocha, historicamente a mulher foi colocada no papel de cuidado do lar e da família, papel que ainda existe no imaginário de grande parte das pessoas. Na política, ainda é comum que a mulher seja tratada como se aquele espaço não lhe pertencesse.

Já a historiadora e fundadora da Casa da Mulher Trabalhadora, Eleuté-

ria Amora, ressaltou que é necessário as mulheres assumirem seu papel na produção de conhecimento para mudar a sociedade.

Ela relembrou ainda que na história mundial houve um grande apagamento da história das mulheres com a caça às bruxas, que na verdade era uma perseguição às mulheres que se recusavam a seguir costumes da época, como o casamento forçado.

Amora destacou que o preconceito é ainda mais grave com as mulheres negras, já que o racismo é estruturante da desigualdade.

COLETIVO

Também durante o PlenaFUP foi realizada uma reunião do Coletivo de Mulheres da FUP onde foi aprovado o apoio às candidaturas de petroleiras que disputam vagas no parlamento e apoio à reeleição da petroleira Fabiana dos Anjos para o Conselho de Administração da Transpetro. Foram aprovadas ainda divesas moções.



Petroleiros (as) participam de ato e debates no VII PlenaFUP

PlenaFUP reafirma PLR para todos

Durante a VII PlenaFUP, a categoria petroleira reafirmou a posição de que a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) deve ser paga a todos os trabalhadores.

Até agora a PLR não foi paga porque a Petrobrás insiste em deixar de fora os petroleiros da Araucária Nitrogenados (Fafen-PR). A alegação da companhia é de que a Fafen não assinou o Acordo de Metodologia da PLR, que regra o pagamento e a distribuição dos lucros e resultados no Sistema Petrobrás.

A Araucária, no entanto, assinou

o termo de quitação da PR 2015, que atende ao que foi acordado no regimento. Portanto, não há justificativas para excluir os trabalhadores da Fafen-PR do pagamento deste ano.

A FUP continua insistindo em uma saída negociada para este impasse, desde que garanta o pagamento para todos os trabalhadores, sem qualquer discriminação.

A Federação também cobrou que a Araucária assine um Termo Aditivo ao Acordo de Metodologia da PLR, evitando que esse problema volte a ocorrer no próximo ano.



SINDIPETRO/MG CONVOCA CATEGORIA PETROLEIRA DE MINAS PARA O DIA DO BASTA

Nesta sexta-feira (10), a classe trabalhadora realizará atos, greves e paralisações em todo o Brasil para exigir um basta de desemprego, de aumento do preço do gás de cozinha e dos combustíveis, de retirada de direitos, de privatizações e de perseguição ao ex-presidente Lula, preso político.

O Dia do Basta foi convocado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e demais centrais sindicais e teve a adesão de diversos movimentos sociais e das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.

Em Belo Horizonte, a CUT Minas realizará um grande ato a partir de 11 horas na Praça Afonso Arinos, no centro da capital. O **Sindipetro/MG** convoca toda a categoria petroleira para participar do movimento.

15 DE AGOSTO

Uma outra grande mobilização da classe trabalhadora será realizada no dia 15 de agosto, em Brasília, para defender o direito do registro da candidatura do ex-presidente Lula à Presidência da República.

Militantes fazem greve de fome por justiça para Lula

Seis militantes de movimentos populares estão em greve de fome há mais de uma semana no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília.

A ação é organizada por movimentos que integram a Via Campesina Brasil, e faz parte da Jornada Nacional de Lutas pela Democracia e liberdade do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Vilmar Pacífico, Jaime Amorim e Zonália Santos; Frei Sérgio Görge e Rafaela Alves, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e Luiz Gonzaga (Gegê), da Central de Movimentos Populares (CMP), lutam por justiça e pela liberdade do ex-presidente Lula e contra a penúria do povo brasileiro.

O protesto também é pela situação que o País se encontra, com o retorno da fome, das epidemias e o desemprego que tanto tem afetado a vida trabalhadores do campo e da cidade.

“Nossa determinação nasce pelo fato de que o Poder Judiciário viola a Constituição Federal e impede o povo de escolher pelo voto, soberanamente, o seu Presidente e o futuro do País”, informa boletim enviado pela Via Campesina.

A greve de fome também denuncia o sofrimento e o abandono dos mais pobres, sobretudo as pessoas em situação de rua, das periferias, negros, indígenas, camponeses, sem-terra, assentados, quilombolas e desempregados, assim como o aumento da violência que ataca, sobretudo, mulheres, jovens, negros e LGBT's.



Militantes de movimentos populares fazem greve de fome no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, em protesto pela liberdade do ex-presidente Lula e pelo fim da fome, das epidemias e do desemprego

Dilma Rousseff participa de reunião do Quem Luta Educa na sede do Sindipetro/MG



A ex-presidenta Dilma Rousseff participou de uma reunião da secretaria do **Quem Luta, Educa**, que aconteceu na última segunda-feira (6), na sede do **Sindipetro/MG**.

Durante a reunião Dilma falou sobre a conjuntura atual do Brasil e os desafios para as eleições 2018 e para a retomada da democracia e do desenvolvimento do País.

O coletivo **Quem Luta, Educa** foi criado em 2011 por sindicatos e movimentos sociais para fazer frente aos ataques do governo de Aécio Neves contra o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG).